

## **Pelas páginas do progresso: Memórias e Discursos na construção Hidrelétrica no Alto Paraná**

**Andrey Minin MARTIN\***

**Resumo:** Objetiva-se, neste trabalho, analisar o Complexo Hidrelétrico Urubupungá, implantado na fronteira entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a partir da Usina Hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, denominada Jupiá. Debatendo questões entre memória e imprensa, destacando como podem ser elaboradas, articuladas e apropriadas pelos mecanismos do poder, busca-se analisar por meio de periódicos como *O Estado de S. Paulo* e a *Revista Visão*, como a noção de progresso é pensada como elemento modernizador. Assim, destacam-se uma série de discursos nas mídias locais e nacionais sobre a consolidação do projeto, seu ideário de progresso e uma nova imagem para a região, isto mesmo antes do início das obras. Desta forma, pelos meandros do poder, discursos surgiram ao longo da década de 1950 e 1960, marcando a construção da hidrelétrica até seu término em 1970, estabelecendo ligações com marcos de memória do passado e deixando desdobramentos para o futuro.

**Palavras-chave:** Hidrelétrica. Discurso. Memória. Imprensa.

### **Turning Through Pages of Progress: Memory and discourse related to the Hydroelectric Plant in Alto Paraná**

**Abstract:** This paper seeks to explore questions surrounding memory and the press, highlighting how these issues can be elaborated upon, articulated and appropriated by those in power. This involved an analysis of periodicals such as the newspaper *O Estado de São Paulo* and *Revista Visão* [Vision Magazine], where the notion of progress was conceived to be a modernising factor. The research highlights a series of speeches which were given in the local and national press on the project's consolidation, its ideas of progress and the creation of a new image for the region - all before construction took place. In this vein, due to the intricacies of power struggles, discourse surrounding the plant emerged in the 1950s and 1960s and continued up until its completion in 1970, whereby the dialogue established connections with key memories of the past and left consequences for the future.

---

\* Mestre em História. Doutorando - Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Unesp – Universidade Estadual Paulista. Bolsista Fapesp. E-mail: [andrey\\_mm@hotmail.com](mailto:andrey_mm@hotmail.com).

**Keywords:** Hydroelectricity. Discourse. Memory. Press.

Pensar os caminhos sobre a consolidação dos projetos hidrelétricos no Brasil não é tarefa simples, linear, de mão única, mas se torna um mergulho no entendimento para além dos fatos em si, de uma multiplicidade de agentes emaranhados em sua formação, em suas memórias, alocadas por uma gama de fontes que se tornam objetos deste rememorar e que se abrem para uma série de questionamentos.

Assim, da mesma forma que, como pontua Vesentini (1997), uma época pode ser interpretada por meio de documentos, observa que fato e memória podem ser constantemente apropriados e reelaborados pelo poder, passando “a se constituir num agente ativo de organização da memória” (p. 17). Neste sentido, discutir a constituição do projeto hidrelétrico de Urubupungá é tencionar suas próprias bases de onde provém sua formulação, neste caso, a imprensa do período e como, por meio desta, construiu-se a legitimação do progresso para a região.

O estabelecimento de projetos voltados para a produção energética, que desde fins do século XIX vem se desenvolvendo no país, ligados principalmente ao capital privado, ganha novos tons a partir da década de 1950, momento em que, em meio aos debates, se fortalece a política do nacional desenvolvimentismo. Este nacionalismo “atrasado” possuía como missão integrar o país por meio de suas relações comerciais, políticas e administrativas, elementos estes também presentes pela consolidação e criação de empresas energéticas.

O início da década de 1950 marca o gestar de um novo ciclo de debates sobre os rumos da produção energética. E é neste momento, em meio a empresários, representantes do setor público e privado, que a imprensa gradativamente intensifica a veiculação de tais notícias sobre os rumos da produção energética. Grande é o número de figuras que participam dos discursos sobre os caminhos deste setor durante as décadas de 1950 e 1960, desde representantes dos três poderes, empresários do capital internacional, assim como próprios funcionários das empresas, que estabelecem debates especialmente bipolarizados entre os “privatistas e os “nacionalistas”<sup>1</sup>.

Fica marcado, então, o segundo governo Vargas pela necessidade de crescimento energético para acompanhar os imperativos da modernização e industrialização nacional, estabelecendo, para isto, maior intervenção do capital nacional no setor, política que iria resultar na concretização, em 1962, da empresa ELETROBRAS.

Ainda na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, tais iniciativas resultariam em acelerado crescimento da produção industrial, concedido a partir do Plano de Metas. Tal organização foi responsável pelo acelerado desenvolvimento de setores como o automobilístico e o naval, por exemplo, além de consolidar o início de grandes obras

nacionais. No setor energético, a fim de dar continuidade a questões já debatidas no governo de Vargas, seu antecessor, buscou dividir o espaço de atuação das empresas públicas e privadas, que juntamente aos investimentos na indústria de base e transportes, por exemplo, continua a ligar-se ao capital estrangeiro.

Segundo Mello e Novais (1998), entre o fim do Estado Novo e o golpe militar de 1964, o Brasil passou por uma profunda mudança industrial, que se ligou a uma transformação territorial dos investimentos juntamente com maciça migração interna. Neste período observa-se o deslocamento populacional para as fronteiras agrícolas, que já ocorria em algumas regiões desde a Marcha para Oeste durante o Estado Novo, mas que agora contavam com uma infraestrutura econômica e social, com a consolidação da produção energética e a criação gradual de outros setores sociais.

Diante de tais transformações, parecia estar surgindo uma nova roupagem para o país, moderno, unificado economicamente, mas que ainda demonstrava suas contradições desta estrutura capitalista:

Nas décadas dos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância [...]. Nossa análise de modernidade brasileira parte do otimismo para desilusão, e jogará simultânea e permanentemente com elementos das várias fases do conjunto do período, de forma a dar conta das conexões e da diversidade de ritmos nas várias esferas da realidade em movimento (MELLO; NOVAIS, 1998, p 560-562)

A historiografia sobre o desenvolvimento de projetos ligados ao setor de produção energética, na maioria das vezes, remete ao histórico de transformação a partir do panorama energético do Estado de São Paulo, visto como “motor” precursor de tais realizações. Concordamos que grande parte das realizações perpassa interesses deste estado e da região Sudeste, mas, ao mesmo tempo, devemos elencar não somente quem ou quais setores estão emaranhados em tais realizações e, assim, devemos perceber como estes dialogaram com outros espaços e regiões do país que também estavam diretamente ligados a este setor, e que serviram de estandarte propulsor da política energética nacional, como no caso do interior do país e da região foco deste trabalho.

A Bacia do Paraná corresponde a uma ampla região que perpassa os Estados de Minas Gerais, Goiás, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, tendo como principal rio o Paraná, formado pela junção dos rios Paranaíba e Grande, sendo considerada a segunda maior bacia de aproveitamento hidrelétrico do país. Destacam-se em seu complexo hidrelétrico, usinas como a Engenheiro Souza Dias, conhecida como “Jupiá” (Três

Lagoas/Castilho), Usina Hidrelétrica Ilha Solteira (Ilha Solteira), Três Irmãos (Pereira Barreto/Andradina) e Usina Sérgio Mota/Porto Primavera (Rosana).

Autores como Leite (2003), Queiroz (2004) e Arruda (2000) pontuam que mudanças deste porte na região começaram a ocorrer no início do século XX, com a consolidação da estrada de ferro NOB, Noroeste do Brasil, que projetava grandes mudanças para o interior do país, ligadas, sobretudo, ao discurso progressista das elites locais, que além de alterarem as relações político-econômicas daquele contexto, trataram de elevar o preço das terras. Isto porque a ferrovia não significava apenas uma nova ordem espacial, mas também a possibilidade de uma melhoria material para a população, gestando novas relações sociais e mudanças no próprio modo de vida. Além disto, analisando algumas relações deste discurso e do produzido a partir da hidrelétrica, percebemos que estes projetos escondiam interesses que vão além de saberes locais, pois:

O sentido estratégico da Noroeste do Brasil envolvia também, discussões sobre a possibilidade de eclodirem movimentos separatistas no Estado de Mato Grosso, volta e meia envolvido em conflitos armados entre suas oligarquias, e por isso mesmo, a ameaçar a 'ordem'. A ferrovia seria uma forma de 'soldagem' na expressão de Paulo Queiroz, desta região ao resto do país (ARRUDA, 2000, p. 113).

O processo de povoamento e formação de cidades nesta região do extremo oeste do Estado de São Paulo assim como em regiões do Sul de Mato Grosso foi acompanhado por um conjunto de empreendimentos que levaram a criação de vias de transporte e comunicação para a região, seja pela via férrea, seja por áreas de navegação e mesmo pelas colônias agrícolas, tornando-se marcos de memória na consolidação de projetos governamentais e particulares para ocupação das áreas ditas "espaços vazios"<sup>2</sup>. Nesta perspectiva, junto a entrepostos comerciais, pousadas e portos fluviais, observa-se que a partir da década de 1940/1950 tais transformações se intensificaram na região de Três Lagoas, por decorrência do início da instalação de projetos particulares e governamentais para construção de um complexo hidrelétrico na região do Alto Paraná.

Na década de 1940, o empresário paulista Eloy Chaves iniciava a construção da Empresa Elétrica do Itapura, que buscou fazer o aproveitamento do Salto do Itapura, no baixo Tietê, empreendimento que marca o fornecimento energético para as cidades do noroeste do Estado de São Paulo e Sul de Mato Grosso. O início de instalação destes empreendimentos energéticos está ligado a todo um contexto de rápido crescimento da região, impulsionado desde os anos 1920 com a presença da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que conseqüentemente valorizou o preço das terras na região, resultando na formação de grandes propriedades por empresas anglo-americanas, na constituição de saladeiros e de frigoríficos<sup>3</sup>.

No início dos anos 1950, novas discussões se estabeleciam direcionadas para sua implantação, promovidas por campanhas como a realizada pelo então governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, que chamava a atenção para necessidade de integrar a região no processo modernizador do país, por meio da construção do complexo Hidrelétrico de Urubupungá<sup>4</sup>. O projeto denominado Urubupungá-Itapura previa a construção de duas barragens no rio Paraná, uma a jusante do rio Tietê, local denominado de Jupιά<sup>5</sup>, e outra, denominada de Usina Ilha Solteira.

Este modelo de pensamento no qual o desenvolvimento territorial ocorre principalmente a partir da instrumentalização de técnicas e procedimentos nos quais se buscava “ocupar” estes espaços denominados “vazios”, se tornará cada vez mais presente a partir da década de 1950, com a consolidação do “Plano de Metas” e as transformações que decorriam desde o segundo governo Vargas. Buscou-se investir no desenvolvimento de setores que poderiam crescer e colaborar diretamente com a criação de uma infraestrutura básica de forma a integrar o país neste sentido. Observando a distribuição das ações e investimentos do período, segundo Faro e Silva (2002), verificamos que 43% dos investimentos estavam destinados à produção energética. Assim, este período fica lembrado como herdeiro e legitimador da continuidade de um Brasil “para frente”, associado a um projeto de crescimento e desenvolvimento. O “moderno” aparece, então, como ponto de memória, o projeto do “desenvolvimentismo”.

O andamento de tais projetos consolida-se no início da década de 1960, com a criação das Centrais Elétricas do Urubupungá, a CELUSA S.A., em 1961, etapa inicial de aproveitamento do potencial hidrelétrico da região, iniciado com a construção da primeira Usina, de Jupιά. Em 1962, ocorre o início do empreendimento, marcado pela assinatura dos contratos e a vinda dos equipamentos, fato este celebrado na cidade de Três Lagoas com a presença do Presidente da República, João B. M. Goulart, do embaixador italiano, Mário Di Stéfano e outros representantes, como o governador de São Paulo, Carlos A. Alves de Carvalho Pinto<sup>6</sup>. Durante a década de 1960 irá se consolidar, também, a criação da CESP (denominada no período de Centrais Elétricas de São Paulo), que prossegue com a construção da Usina Souza Dias (Jupιά) e dará início a duas outras, a de Ilha Solteira, em 1966 e, posteriormente, a Usina Sergio Motta (Porto Primavera).

Ao passo que o projeto caminha para o término da obra de Jupιά, iniciam a construção da UHE de Ilha Solteira, tendo seu término em 1974, no mesmo momento em que a última máquina da Hidrelétrica de Jupιά, em Três Lagoas é instalada. O início do funcionamento destas usinas marcou também o início de muitos problemas para os ilhéus ou aqueles que viviam às margens do rio Paraná e exerciam alguma atividade ligada ao mesmo. Ressalta-se a pluralidade de sujeitos que em tal região exerciam atividades, como pescadores, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros, meeiros e oleiros<sup>7</sup>. De modo

geral, a compreensão das ações ocorridas nesta região está intimamente ligada às trajetórias de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul, visto que muitas famílias ao longo dos anos 1980 e 1990 ingressam em acampamentos por todo o estado em busca da terra de trabalho e pela reforma agrária.

As transformações territoriais ocorridas com o início das obras influenciaram diretamente nas desapropriações que ocorreram desde a década de 1950 e 1960, que teriam grandes desdobramentos durante década de 1970, ligando-se intimamente o engendrar destes projetos aos caminhos da luta pela terra na região.

Destacamos tal fato porque, segundo relatórios da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1977, aproximadamente 90 famílias, cerca de 500 pessoas já sentiam os efeitos das mudanças no rio. Moradores da Ilha Comprida, localizada a 18 km de Três Lagoas, já não mais sentiam segurança no viver e trabalhar em suas terras, das quais eram proprietários e pagavam impostos. As cheias sazonais, que fertilizavam as terras já não tinham mais controle, causando a destruição das plantações, matando criações e dificultando o acesso à ilha. Neste momento, inicia-se uma trajetória de lutas dos moradores da denominada Ilha Comprida, que compunham parte das muitas manifestações de luta pela terra e moradia que nasceram a partir dos anos 1970<sup>8</sup>.

Como já destacado, a consolidação de tal projeto, integrante do Plano de Metas e de todo o desenvolvimentismo nacionalista que se espalhava pelo país, repercutiu maciçamente na mídia regional e nacional, dando forte relevância a seu peso inovador e destacando o complexo de Urubupungá como o maior complexo hidrelétrico do hemisfério sul. Seu amplo raio de impacto contribuiu para produzir novas relações sociais e econômicas junto às forças locais existentes, como no caso da região de Três Lagoas.

Assim, como observa Sigaud (1992), o estabelecimento de projetos como o de Urubupungá produz diferentes interpretações para os sujeitos envolvidos em seu processo de estabelecimento, gerando, para alguns, o sentimento da perda, que vai para além da territorial, para outros as implicações de um futuro promissor mostram-se maiores. De qualquer forma, seu estabelecimento proporciona uma teia de interesses que projetam, constroem e imaginam diferentes potencialidades e necessidades junto a estes empreendimentos. Das empresas públicas e privadas, das elites locais aos veículos de comunicação, seu significado não é consensual e sua existência projeta diferentes memórias sobre sua legitimação e significado.

Os periódicos tornam-se, assim, um canal de expressão de possíveis práticas e representações de determinados grupos, suportes que condensam suas ideologias e posicionamentos. Portanto, já não é novidade na historiografia política, por exemplo, que estas fontes colaboram para compreensão dos caminhos do político e estão ligadas a cada momento histórico de sua formação, podendo “registrar cada lance dos embates na arena

do poder” (LUCCA, 2005, p. 128). Conforme a autora, por meio de seu conteúdo, “os discursos adquirem significados de muitas formas” (p. 140), que são construídos e relatados pelas páginas de acordo com os interesses de determinados grupos, que se expressam pelo corpo editorial que compõem o periódico. Neste caso, o jornalista, segundo Marcondes Filho:

Atua junto com grandes forças econômicas e sociais: um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade (1989, p. 11).

A produção veiculada nestes periódicos, referente ao tema aqui abordado, perpassa o apoio a determinados setores políticos, como em candidaturas governamentais e exprime todo o aparato do desenvolvimento que ocorria na região, fruto do “avanço” colonizador nacional. A obra vai sendo cadenciada nas páginas dos periódicos a cada passo feito, a cada decisão tomada, a cada nova mensagem proferida pelos agentes envolvidos na construção. Suas reportagens transformam-se, assim, em um canal produtor de narrativas e memórias, que articulam e condensam o que deve ser apreendido naquele contexto social, o que é, ou deveria ser, de reconhecimento nacional.

Observa-se, assim, que os meios de comunicação, como o impresso, conduzem pela produção e seleção de determinados conteúdos o gestar de acontecimentos, marcos e memórias, que estão ligados a outros elementos políticos e sociais daquele momento, articulados a outros interesses e posicionamentos.

A partir da década de 1950, ou seja, antes do iniciar das obras, que datam de 1962, nota-se que a imprensa de circulação nacional, como o jornal *O Estado de S. Paulo* e a *Revista Visão*<sup>9</sup>, apresentam densa publicação de matérias dirigidas ao estabelecimento do projeto e seus eventuais ganhos futuros. Somados a estes, destacam-se as publicações de periódicos do Estado de Mato Grosso, como *Correio do Estado* e *O Barrageiro*, ao longo da década de 1960. Constrói-se, entre outros fatores, o interesse paulista em assegurar que o empreendimento logo se concretizasse, para evitar o déficit energético no Estado, questão que era prevista para os próximos anos, por problemas que já vinham ocorrendo na década de 1950<sup>10</sup>.

Durante a década de 1960, o jornal *O Estado de S. Paulo* apresentou mais de 100 matérias que focavam diretamente questões ligadas ao processo de instalação, organização e demais transformações que acompanhavam o desenvolvimento das obras. Ao mesmo tempo, pode-se observar que em grande parte das matérias, outras questões ligavam-se ao empreendimento, principalmente emaranhadas à política local e nacional, de candidaturas governamentais a visitas presidenciais ao canteiro de obras.

Deve-se ressaltar que o jornal *O Estado de S. Paulo* sempre foi favorável à entrada do capital estrangeiro no país, questão que defendeu em outros casos, como no processo de produção petrolífera do início da década de 1950, que resultou na criação da Petrobrás. Justificava-se pelo viés de que o Brasil não possuía recursos ao nível do desenvolvimento econômico operante neste período (CAPELATO, PRADO, 1980). Observamos que a atuação do periódico sempre caminhou na busca de um desenvolvimento nacional que fosse atrelado aos interesses de São Paulo, de forma que o crescimento do Estado estava associado ao do país, como analisado pelas autoras durante a década de 1930. Durante este período, a indústria ganha maior destaque no discurso do jornal, ressaltando que por meio dela é que estariam as possíveis soluções para os problemas que ocorriam no Estado, pois a industrialização representava “fonte de progresso através da qual os povos se emancipam e se fortalecem” (1980, p. 81).

Desta forma, percebe-se que a ideia de progresso e desenvolvimento transparece a todo o momento pelas edições por nós analisadas, tomadas como conceitos-chave para compreensão do periódico. Por suas páginas, consolida-se a visão de que a “evolução” econômica de um país deve passar por grandes obras como o complexo Urubupungá, que a cada etapa, se alicerçando no progresso de São Paulo, representante da metade da produção nacional, poderíamos “atingir o estágio de desenvolvimento dos países capitalistas mais avançados” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 85).

Cabe ressaltar que durante o regime militar, que este estabeleceu a partir de 1964 e acompanhou a construção da Hidrelétrica de Jupia, até 1969/70, e posteriormente toda obra de Ilha Solteira, terminada em 1974, ambas pertencentes ao Complexo Urubupungá, os periódicos foram utilizados como instrumento para garantir sua legalidade, assim como transparecer uma imagem de um “bom” governo, eficiente, que estaria levando o país ao desenvolvimento. Percebemos que o complexo hidrelétrico foi articulado e apresentado por meio dos periódicos aqui analisados, no caso do jornal *O Estado de S. Paulo*, como elemento modernizador, que estaria contribuindo para levar o desenvolvimento e melhorias na condição social dos brasileiros. Se antes da instauração do regime em 1964 até os meandros do AI-5 já se observavam tais práticas, com a instauração do governo militar os discursos se potencializam, como observamos em matérias publicadas<sup>11</sup>, sem deixar de observar, como pontua Aquino (1999), como a censura estabelecia suas restrições, principalmente ligada aos assuntos políticos ou de ordem econômica.

Durante a década de 1950 também se apresentam matérias que já destacavam a organização governamental por meio da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai e suas ligações com empresas internacionais que viriam a cuidar do empreendimento, atestando a grandiosidade do projeto. Neste contexto, pelas matérias produzidas, fica evidente como a construção é vista como uma continuidade da ocupação do “sertão”



nacional, de forma a “incorporar à nação novas áreas ricas, férteis e salubres”, que “contribuirão para o progresso industrial e agrícola da região”<sup>12</sup>.

Assim, pela leitura das matérias, percebe-se como a existência e andamento do projeto de Urubupungá ditava uma nova visão para a região, que traria o crescimento e progresso interiorano, por meio da criação de novas vias de transporte, pois estas representavam um desentrate para o crescimento, sendo “uma condição imediata para o funcionamento do mecanismo econômico nacional” e “deve ser considerado como essencial ao desenvolvimento de um país e de cada uma de suas partes”<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo, esta leitura calcada no desenvolvimento também está ligada a um sentido de dominação, pois a sua construção, como dito, contribuiria para a integração do país por meio de novas vias que seriam a “solução única para os enormes problemas de colonização do Oeste brasileiro”<sup>14</sup>. Um sentido que, por vezes, estava atrelado sobretudo aos interesses paulistas na região, ou também, como destacou o vice-presidente João Goulart, “a hidrelétrica dava aos paulistas a oportunidade de criar o império econômico, após no bandeirantismo, ter criado o império político”<sup>15</sup>.

Falas vultosas como estas, presentes ao longo deste contexto, enaltecem constantemente um passado glorificador, digno de ser lembrado, de forma a construir aquilo que deveria ser lembrado, como uma memória embasada das novas conquistas, de outros marcos, de novos “Antonio Pires de Campos”, bandeirante que enfrentou os Caiapós, de outros “Aleixo Garcia”, “descobridor” de Mato Grosso.

Ao longo das matérias, também é possível observar que o pesado investimento anunciado pela imprensa buscava legitimar uma nova imagem para o Sul de Mato Grosso, como região atrativa para novos investimentos, centros industriais, calcados especialmente em atrair capital estrangeiro, assegurando que o empresário “difícilmente encontrará no mundo de hoje onde comprar terras tão vastas, a preço tão acessível, sem o risco de conflitos políticos com o povo da região ou de problemas raciais”<sup>16</sup>.

Soma-se a isto, o fato de que, em grande parte das matérias<sup>17</sup>, o empreendimento que estava em curso servia para alimentar a campanha eleitoral no Estado de Mato Grosso, favorecendo, neste caso, a candidatura de Fernando Corrêa da Costa, que desde seu primeiro mandato, no início da década de 1950, já realizava campanhas em prol ao projeto Urubupungá. Candidato da União Democrática Nacional (UDN), com forte influência no Estado, traçou intensa disputa com candidatos como Filinto Muller, do Partido Social Democrático (PSD). Assim, o processo de investimentos e aceleração da construção das obras está intimamente ligado a interesses econômicos, eleitorais e empresariais.

Devemos ressaltar, ainda, como observa Bittar (1999), que mesmo com a existência destas disputas políticas e um histórico de movimentos ligados à causa divisionista, esta bandeira não se manifestou abertamente em nenhum partido, de forma que grupos ou

mesmo instituições propagavam estes ideais, que acabavam sendo ligados a determinados setores do político, como ocorreu com a instalação do Complexo de Urubupungá e a participação de Fernando Corrêa da Costa.

Neste ponto, destaca-se o jornal *Correio do Estado*, que possuiu papel decisivo na produção de matérias partidárias à UDN. Criado em 1954, este meio de comunicação tornou-se importante instrumento das forças políticas ligadas a este partido e, conseqüentemente, à figura de Fernando Corrêa da Costa, destacando suas ligações com fatos como o desenvolvimento e a infraestrutura do sul de Mato Grosso, como no caso do Complexo de Urubupungá. Com a intenção de exaltar o ativismo empreendedor dos políticos da UDN, sua “intenção era fazer proselitismo político e contrapor o jornal ‘O Matogrossense’, dirigido pelo PSD”<sup>18</sup>, segundo um de seus fundadores, o ex-governador Wilson Barbosa Martins. Entendemos que, mesmo com as transformações que vão ocorrer na administração do jornal durante a década de 1960, o periódico não deixou de servir como instrumento ligado a questões favoráveis à UDN e exaltação de projetos modernizadores para o sul do Estado de Mato Grosso.

Muito se percebe a busca por uma “revolução industrial” a partir do rio Paraná, ressaltando todos os benefícios que seriam conseguidos com o complexo hidrelétrico, beneficiando os matadouro-frigoríficos e valorizando as terras, elevando o poderio econômico da região, e “com Urubupungá prometendo fazer revolução industrial às margens do rio Paraná, com a melhoria do sistema de transporte e a tendência insofismável de interiorização da indústria de carnes e derivados”<sup>19</sup>.

A condução da grandiosidade deste empreendimento continuou a ser difundida também a partir de 1966, quando a CESP é criada, por meio da fusão de onze empresas do ramo elétrico do Estado de São Paulo. Segundo Nova (2000), as Centrais Elétricas de Urubupungá, que já haviam iniciado as obras em 1961, com Jupuíá, somam-se a duas outras grandes empresas: a USELPA (Usinas Elétricas do Paranapanema) e a CHERP (Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo). Este conglomerado adotaria modelos internacionais de trabalho e faria da CESP “o braço direito do Governo Estadual na promoção do desenvolvimento” (p. 25).

Ao mesmo tempo, a atenção que era voltada somente para Jupuíá agora iria ser dividida com o início das obras da Usina de Ilha Solteira, que irá manter algumas diretrizes organizacionais utilizadas na construção de Jupuíá, como na fundação do novo núcleo habitacional dos trabalhadores, como já havia ocorrido na denominada Vila Piloto, em Três Lagoas. Esta, com o iniciar das obras de Ilha Solteira, foi parcialmente desmontada e realocada em seu novo espaço, que daria origem à atual cidade homônima. Realocado também foi o espaço de produção do jornal denominado S.E.U. (Sociedade Esportiva Urubupungá), que passa a ser chamado de *O Barrageiro*, em sua transição para o núcleo de

Ilha Solteira, entre 1966 e 1969. Criado em 1962, com o início das obras de Jupia e tendo sua tiragem até 1974, data do fim das obras em Ilha Solteira, este periódico era organizado pela própria empresa e não escondia seus posicionamentos e interesses em meio à difusão de controle e exaltação das obras e daqueles que nela trabalhavam. A partir de matérias intituladas como “Abram alas, deixem o progresso passar”, “O futuro: um presente que todos querem”, “Urubupungá aponta o progresso” e “CESP: o maior capital da América Latina”<sup>20</sup>, o periódico carregava suas marcas ideológicas e o discurso constante de renovação e progresso por meio da grandiosidade da obra, funcionando como instrumento dos responsáveis pela obra de Urubupungá.

Segundo Nova (2000), o modelo CESP de desenvolvimento conduzia a empresa de forma rígida, com uma organização vertical, na qual o “orgulho à camisa” deveria estar presente, onde não se falava de crise financeira nem de impactos ambientais, onde o Eldorado do progresso se alavancava a partir de meados da década de 1960, apresentado sempre pelas páginas do desenvolvimento.

Os discursos estabelecidos por estas fontes legitimam uma complexa teia de interesses e posicionamentos, que se relacionam às memórias na construção da hidrelétrica. Estas memórias podem ser construídas coletiva ou individualmente, expressas e compartilhadas por um grupo, porém entendemos que somente podem ser compreendidas nos discursos individuais, pois são formuladas pelas interpretações de cada sujeito, por envolver experiências e diferentes visões de mundo. Os relatos constroem-se como representações da memória individual, que colabora para construir a memória coletiva daquele grupo, daquela luta. A difusão destas memórias pode se tornar instrumento de luta contra possíveis violências, não somente físicas, mas simbólicas, sendo expressas das mais variadas formas, pelos gestos como também pelo silêncio e esquecimento.

Isso ocorre, segundo Vesentini (1997) pelo fato que a memória pode ser constantemente apropriada e reelaborada por diversos agentes sociais, em diferentes momentos da construção histórica. Assim, “Memória e fato se unem, sobrevivendo aquela e, nesse movimento, ela decide onde as interrogações serão postas, da mesma forma que exclui ângulos onde sua coerência poderia ser colocada em questão” (p. 19).

Complementa pontuando que:

Quando esta posição de exterioridade, por quem recorda certo passado, une-se a um conjunto de representações comuns a uma multiplicidade de outras pessoas, dos demais, esta união ocorre em torno de “acontecimentos”, já alocados no que se memorizou como disponível a todos. Acontecimento, neste caso, descola-se das práticas vivas que o instituíram, assumindo este ar concreto, substantivo, dado pela certeza, comum a todos e prévia a qualquer análise, de sua existência como lugar onde a criação se deu (1997, p. 43)

Nesta perspectiva, podemos perceber como a posição do rememorar mistura-se a determinados elementos que, no passado, contribuíram para consolidar a memória do fato e que influenciam diretamente nas futuras leituras sobre o mesmo, no sentido de que exterioridade e interpretação complementam-se. Assim, de forma estratégica, a memória de um fato pode tornar-se apropriada como legitimadora do exercício do poder, valendo-se de reelaborações de um passado consolidado por aquelas memórias.

Desta forma, como bem destaca Araújo (2008), percebe-se que, assim como ocorreu com a ferrovia, o complexo de hidrelétricas empreendido naquele momento é resultado da incorporação de discursos políticos que visam legitimar a expectativa de progresso para região, discurso presente e legitimado por determinados grupos, os quais, assim como feito em outros momentos, vai (re)incorporando novo sentido para o presente progresso, assim como para outros que viriam, como ocorre atualmente com o complexo industrial que se forma. Ao mesmo tempo, observa-se historicamente a constante reiteração da potencialidade da região para tais empreendimentos, para além da observação de diferentes modos de vida e trabalho presentes. Como salienta Queiróz (2004), já no início do século XX, nas palavras de Euclides da Cunha, a região já era dotada de tais potencialidades:

[...] fascinado pelas promessas da eletricidade, o autor reitera a previsão de que a região dos saltos de Itapura e Urubupungá seria 'a base vindoura do mais importante dos centros industriais da América do Sul', naqueles lugares até então 'desfrequentados', Euclides vislumbrava, com efeito, 'uma cidade opulentíssima do futuro. (p.322)

Estas referências, que podem ligar-se à produção da memória, carregam interesses, posicionamentos e ideologias, levando o sujeito a se identifique com o passado ou mesmo a rememorá-lo da forma como lhe faça sentido. Por isso, a interpretação das fontes existentes sobre determinados fatos históricos torna-se um trabalho de reconhecimento de suas referências, da construção de suas memórias, observando como agentes envolvidos ou mesmo determinadas instituições estabelecem conexões com a construção do acontecimento e, assim, de seus possíveis desdobramentos.

Segundo Duby (1976), a memória pode ser entendida como resultado de uma construção social, que pode expor posicionamentos, ideologias e, assim, interesses de um grupo, sendo então as diversidades de fontes, de impressas a orais, uma visão parcial do fato, composta por diferentes representações e práticas de um grupo. Ao mesmo tempo, Halbwachs (1990) destaca que a memória individual encontra-se intimamente ligada a um grupo e sua produção está inserida e composta por grupos de referência, sendo esta memória produzida individualmente, mas construída pelo grupo. Emerge, assim, como

elemento voltado para o grupo ao qual se devota, em que transparece os interesses do tempo de agora, mas que, baseado em referências passadas, estabelecem projetos futuros.

Neste aspecto, ao pensarmos as relações entre as memórias e suas fontes de produção, como os documentos impressos, Le Goff destaca que esta documentação, ou mesmo as obras produzidas, ligam-se ao estabelecimento das memórias, a ponto de perceber como os monumentos tornam-se perpetuações de determinados valores e resultados, como herança legitimadora e, assim, como memória. Desta forma, ao analisar as fontes devemos observar como estas, conscientes ou não, produzem uma montagem sobre a imagem do objeto do qual está ligado, sendo, por vezes, “produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham o poder” (2003, p.545).

Neste caso, o jornal pertencente a núcleos da região sul de Mato Grosso, no caso o *Correio do Estado*, torna-se um exemplo desta fabricação, ligado ao processo de disputas não somente políticas, mas ideológicas daquele contexto. Com a candidatura e vitória de Fernando Corrêa da Costa, em 1960, como Governador do Estado, o jornal continuou, como já havia feito, a apresentar publicações ligadas à defesa das mesmas instâncias políticas, pois “não poupava críticas aos partidos adversários, principalmente ao prefeito de Campo Grande Wilson Fadul, que era do PSD. O Governador do Estado [...] da UDN recebia apoio incondicional do jornal, com várias manchetes elogiosas”<sup>21</sup>.

Da mesma forma, tece-se, por meio deste campo de posicionamentos e representações, toda uma construção simbólica baseada na consolidação do projeto, neste caso, como um bem material e simbólico em disputa no campo das relações políticas e sociais locais, balizadas por relações de poder, permeadas por diferentes regras e contrapontos, como pontua Bourdieu. Para o autor, este poder, “o poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder” (1989, p.15), expressos em interesses para além da CELUSA S.A., posteriormente da CESP e das políticas locais.

A memória é pensada, nessa perspectiva, como mecanismo que estabelece sentido à sua forma, como herança viva, dinâmica. Segundo Nora, a memória pode ser pensada como “ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e dos mitos” (1993, p.8). Para o autor, a memória também pode ser percebida como campo de conflitos nos quais diferentes grupos podem produzir contrapontos a fim de legitimar determinados reconhecimentos para a sociedade à qual pertence.

Segundo Certeau, tensionar as fontes a tal leitura torna-se necessário para explicitar como o trabalho de análise histórica decorre de suas práticas por meio de discursos ligados a operações e definidos por determinados funcionamentos. O autor salienta que não existe

relato histórico se este não explicitar o lugar de onde fala, de sua relação com o corpo social e assim com sua prática, pois esta construção histórica “encontra-se, portanto, submetida a pressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade” (2008, p.66). Isto porque, ao analisarmos os discursos presentes em fontes como os jornais, devemos pensar que os discursos têm regras próprias, mas nada que os impeça de se articularem com o corpo no qual estão inseridos, que fala assim, a seu modo.

Portanto, não é de se desconsiderar esta possível lógica discursiva operante em meio à produção e circulação do jornal, de forma a criar uma relação entre o agir por meio deste discurso, ocorrendo determinados traços de normatização mediante discursos que vão construindo o campo de atuação de determinadas práticas, uma reelaboração baseada na ação.

Mas qual o lugar da memória? Até que ponto sua formação está ligada à força de um imaginário social, de um grupo que parece carregar na voz proferida ou na ponta da caneta a memória sobre o acontecimento? A fim de pensarmos como a produção da memória liga-se a todo um contexto social, devemos, então, observar como os objetos e o espaço tornam-se elementos construtivos da memória, ou melhor, legitimadores de “uma memória”. Bosi, articulando este pensamento com relatos orais, ressalta que:

A memória permite a relação do corpo com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (1998, p. 47).

Pollak, ao analisar a produção das memórias, ressalta que, por vezes, estas buscam estabelecer determinadas ligações com o passado, de forma a recriar novas interpretações e conexões com o presente, a fim de reforçar pertencimentos ou mesmo estabelecer justificativas, e a referência do passado “serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivamente, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis” (1989, p. 9).

De modo geral, os interesses que permeiam tais projetos nem sempre coincidiram com as práticas e os modos de vida dos sujeitos da região, visto que os discursos estabelecidos e os ideais buscados ligam-se historicamente a uma pequena parcela da população, do campo e da cidade, personificada na existência dos latifúndios, nas grandes empresas que cada vez mais conglomeravam o campo, assim como nos grandes projetos governamentais, como no caso das usinas hidrelétricas.

Os discursos construídos – pela imprensa ou mesmo por relatos orais – posicionam-se em meio a interesses que legitimam necessidades ligadas a ideias de “progresso” que estão intimamente relacionados à construção das memórias sobre o próprio projeto hidrelétrico, e porque não, do seu fazer-se.

Desta forma, observamos que, pelas páginas de revistas e jornais, operam interesses, inquietações, disputas e legitimidades daqueles que propagam os discursos. Assim, o demasiado número de impressos nos quais o sentido de “progresso” surge como locus operante do ditar de um projeto modernizador para a região, quiçá para o Estado, pode mostrar-se descompassado, pois nestes mesmos discursos outras vozes também podem abarcar várias temporalidades.

**Recebido em 21/1/2013**

**Aprovado em 3/6/2013**

## NOTAS

<sup>1</sup> Para saber mais ver: SILVA, Marcelo Squinca da. Energia Elétrica: Estatização e desenvolvimento, 1956-1967. São Paulo: Alameda, 2011.

<sup>2</sup> Sobre o assunto ver: CORREA, Valmir Batista. Coronéis e bandidos em Mato Grosso-1889-1943. 2ª Ed. Campo Grande: Ed.UFMS, 2006; QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20, SP: EDUSC, 2004.

<sup>3</sup> Neste momento se vê a implantação de colônias agrícolas nestas áreas ditas “vazias”, como se deu na criação da Colônia Agrícola de Dourados (CAND). Com isto, buscava-se diversificar a produção por meio destes núcleos econômicos, integrando novas áreas e a participação de todos os trabalhadores brasileiros (BIANCHINI, 2000).

<sup>4</sup> Observa-se, neste momento, uma série de reuniões entre os governadores de Estados como Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo para consolidação de projetos hidrelétricos, resultando na criação da Comissão Interestadual da Bacia do Paraná-Uruguai (CIBPU), em 1951. Fascículo CESP, 1998.

<sup>5</sup> O salto Jupia é assim descrito por Antonio Rolin de Moura Tavares: “Há nele (Rio Paraná) um célebre passo, que chama Jupia, que quer dizer covão, na língua da terra, o qual é um redemoinho, que a água faz nesta figura bastante largo, e fundo e a água corre com bastante violência para parte de tal sorte, que é necessário passar o mais distante daquela parte, que pode ser, e fazendo grande força de remo, porque se chegam a dar ali as canoas infalivelmente as sorve a água” (CAMPESTRINI, 2002, p. 23).

<sup>6</sup> Tais eventos foram destacados pelo jornal O Estado de São Paulo, 20 nov. 1962 e 23 nov. 1962, assim como por ARAÚJO, 2008.

<sup>7</sup> Neste caso, as três usinas do rio Paraná tiveram papel fundamental para o ocorrido. No janeiro de 1983, as usinas de Jupia e Ilha Solteira abriram suas comportas, enquanto a usina de Sergio Mota represou, levando a total aumento de seu reservatório, o que causou a inundação de várias ilhas, olarias, da terra indígena dos Ofaié e de propriedade às margens do rio. Consta que o lago da usina Sérgio Motta ocupa uma área muito maior do que Itaipu, por exemplo, mas sua produção energética é bem menor. Relatório sobre a situação dos ribeirinhos e lavradores do Rio Paraná. Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Arquivo CPT-Três Lagoas, 1982, p.5.

<sup>8</sup> Relatório sobre a situação dos ribeirinhos e lavradores do Rio Paraná. Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Arquivo CPT-Três Lagoas, 1982, p.5.

<sup>9</sup> Revista Visão. Organizada e impressa em São Paulo, a partir da década de 1960, pela Companhia Lithográfica Ypiranga, dirigida por Hernane Tavares de Sá. Destacamos este periódico por ser uma revista de circulação nacional que, nas décadas de 1950 e 1960, dedicou várias matérias em suas edições a acontecimentos sobre a região pesquisada e principalmente sobre a construção do complexo hidrelétrico de Urubupungá.

<sup>10</sup> Tais problemas tornaram-se recorrentes nas publicações do período, como é destaque na Revista Visão em 23 out. 1959.

<sup>11</sup> Destacamos, como exemplo, as matérias publicadas em: 19 jun. 1969; 01 out. 1969; 09 maio 1968; 30 ago. 1968; 10 jan. 1970.

<sup>12</sup> “Entregue ao governador os planos da Usina de Urubupungá”. O Estado de S. Paulo, 22 jun. 1957, p. 10.

<sup>13</sup> “Indicam os estudos a possibilidade de utilização dos recursos naturais”. O Estado de S. Paulo, 30 maio 1958, p. 14.

<sup>14</sup> Idem. Nesta matéria fica evidente como o conjunto hidrelétrico encontra-se articulado com outras necessidades governamentais.

<sup>15</sup> “Entregue ao governador os planos da Usina de Urubupungá”. O Estado de S. Paulo, 22 jun. 1957, p. 10.

<sup>16</sup> Este discurso constrói-se em diversas matérias, como a destacada em “Eletrificação de Mato Grosso”. Revista Visão, 23 out. 1959, p. 53-54.

<sup>17</sup> Encontramos referências a tais fatos nos discursos solenes de inauguração do complexo hidrelétrico, assim como em matérias da Revista Visão, datadas de 14 out. 1960, 21 out. 1960, 8 jun. 1962, 25 nov. 1962.

<sup>18</sup> Entrevista publicada em 07 de Fevereiro de 2004 no mesmo jornal em destaque.

<sup>19</sup> “Matadouro já maduro”. Revista Visão. 16 mar. 1962, p. 29

<sup>20</sup> O Barrageiro. Este periódico encontra-se no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Caixas nº 130, 133 e 134.

<sup>21</sup> Como destacado na edição do dia 07 de fev., p. 9, o jornal, mesmo com as mudanças que ocorreram em sua organização, continuou a ser um veículo ligado a diversos embates políticos.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário: 1968-1978*. Bauru: Edusp, 1999.

ARAÚJO, Beatriz de Castro Sanches Azevedo. “Camisa de Couro” e a densa trama das relações de poder que envolvem a criação de suas imagens na cidade de Três Lagoas-MS - 1959-1962. 2008. 202 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, 2008.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões: Entre a história e a memória*. Bauru: Edusc, 2000.

BIANCHINI, Odaléa C. Diniz. *A Companhia Matte Laranjeira e a ocupação de terra do sul de Mato Grosso (1880-1940)*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.

BITTAR, Marisa. *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. (Col. Fontes Novas)

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos*. 5ª Edição. São Paulo: Cia da Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. de Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.

CAMPESTRINI, Hildebrando. *Santana do Paranaíba. De 1700 a 2002*. 2ª edição. Campo Grande: IHGMS, 2002.



CAPELATO, Maria Helena R; PRADO, Maria Ligia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CESP. Ilha Solteira: a cidade e a usina. São Paulo: CESP, n. 2, 1998. 98 p. (Fascículo da História da Energia Elétrica em São Paulo).

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Relatório sobre a situação dos ribeirinhos e lavradores do Rio Paraná*. Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Arquivo CPT-Três Lagoas, 1982, p. 5.

CORREA, Valmir Batista. *Coronéis e bandidos em Mato Grosso-1889-1943*. 2º ed. Campo Grande: Ed.UFMS, 2006.

DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, Jacques NORA, Pierre *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 130-146.

FARO, Clóvis de; SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Plano de Metas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2002, p. 67-105.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5ª ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

LEITE, Eudes Fernando. *Marchas na história: comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayes*. Campo Grande-MS: UFMS/Ministério da Integração Nacional, Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 2003.

LUCCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. São Paulo: Ática, 1989.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antônio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Volume 04: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 558 – 658.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 12, dez., 1993.

NOVA, Antonio Carlos Bôa. *Percepções da cultura da Cesp*. São Paulo: Escrituras, 2000.

O BARRAGEIRO. Andradina/Ilha Solteira: Gráfica Vitória, ano I-X (1963-1970). (Este periódico encontra-se no Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. Caixas nº 130, 133 e 134).

O ESTADO DE S. PAULO. n. 25,482, ano LXXIX, p. 14, 30 maio 1958.

O ESTADO DE S. PAULO. n. 25.195, ano LXXVIII, p. 10, 22 jun. 1957.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, mar., 1989.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimo. *Uma ferrovia entre dois mundos: a E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20*. São Paulo: EDUSC, 2004.

REVISTA VISÃO. São Paulo: Editora Visão, [s.n.], 14 out.1960.

REVISTA VISÃO. São Paulo: Editora Visão, [s.n.], 16 mar. 1962.

REVISTA VISÃO. São Paulo: Editora Visão, [s.n.], 21 out. 1960.

REVISTA VISÃO. São Paulo: Editora Visão, [s.n.], 23 out. 1959.

REVISTA VISÃO. São Paulo: Editora Visão, [s.n.], 25 nov. 1962.

REVISTA VISÃO. São Paulo: Editora Visão, [s.n.], 8 jun. 1962.

SIGAUD, Lygia. O efeito das tecnologias sobre comunidades rurais: o caso das grandes barragens. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 18, ano 7, p. 18-28, fev. 1992.

SILVA, Marcelo Squinca da. *Energia Elétrica: Estatização e desenvolvimento, 1956-1967*. São Paulo: Alameda, 2011.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato: Uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.